
B – Socioeconômicos

Taxa de analfabetismo – B.1. 92
Níveis de escolaridade – B.2. 94
Produto Interno Bruto (PIB) <i>per capita</i> – B.3 96
Razão de renda – B.4 98
Proporção de pobres – B.5 100
Taxa de desemprego – B.6. 102
Taxa de trabalho infantil – B.7 104

TAXA DE ANALFABETISMO

1. Conceituação

Percentual de pessoas com 15 e mais anos de idade que não sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples, no idioma que conhecem, na população total residente da mesma faixa etária, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

2. Interpretação

Mede o grau de analfabetismo da população adulta.

3. Usos

- Analisar variações geográficas e temporais do analfabetismo, identificando situações que podem demandar necessidade de avaliação mais profunda.
- Dimensionar a situação de desenvolvimento socioeconômico de um grupo social em seu aspecto educacional.
- Propiciar comparações nacionais e internacionais¹.
- Contribuir para a análise das condições de vida e de saúde da população, utilizando esse indicador como *proxy* da condição econômico-social da população. A atenção à saúde das crianças é influenciada positivamente pela alfabetização da população adulta, sobretudo das mães.
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de saúde e de educação. Pessoas não alfabetizadas requerem formas especiais de abordagem nas práticas de promoção, proteção e recuperação da saúde.

4. Limitações

- A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), uma das fontes usualmente utilizadas para construir esse indicador, não cobre a zona rural da região Norte (exceto o estado do Tocantins) até 2003 e não permite a desagregação dos dados por município.
- Uma vez que a amostra da PNAD não foi desenhada para ser representativa para todas as cores/raças, os indicadores para índios, amarelos e pretos devem ser vistos com muita cautela, pois estes grupos são muito pequenos em alguns estados e regiões. Quanto aos brancos e pardos, suas amostras são mais robustas, oferecendo maior garantia de uso.

5. Fonte

IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{Número de pessoas residentes de 15 e mais anos de idade que não sabem ler e escrever um bilhete simples, no idioma que conhecem}}{\text{População total residente desta faixa etária}} \times 100$$

7. Categorias sugeridas para análise

- Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal e regiões metropolitanas. Municípios das capitais, em anos censitários.
- Faixa etária: 15 a 24 anos, 25 a 59 anos e 60 e mais anos de idade.
- Sexo: masculino e feminino.

¹ Níveis de analfabetismo acima de 5% são considerados inaceitáveis internacionalmente (Unesco. Boletín Proyecto Principal de Educación, n.32, Dic. 1993).

- Situação do domicílio: urbana e rural.
- Cor/raça, conforme a classificação do IBGE: branca, preta, amarela, parda e indígena.

8. Dados estatísticos e comentários

Taxa de analfabetismo, segundo sexo Brasil e grandes regiões, 1993, 1997, 2001 e 2005

Regiões	Homens				Mulheres				Total			
	1993	1997	2001	2005	1993	1997	2001	2005	1993	1997	2001	2005
Brasil *	16,1	14,6	12,5	11,3	16,8	14,8	12,3	10,8	16,4	14,7	12,4	11,1
Norte **	14,9	13,7	11,5	12,8	14,7	13,3	11,0	10,4	14,8	13,5	11,2	11,6
Nordeste	34,2	31,7	26,3	24,0	29,6	27,3	22,4	20,0	31,8	29,4	24,3	21,9
Sudeste	8,3	7,5	6,7	5,8	11,4	9,6	8,3	7,2	9,9	8,6	7,5	6,6
Sul	8,7	7,1	6,4	5,2	10,9	9,4	7,7	6,5	9,8	8,3	7,1	5,9
Centro-Oeste	13,5	12,5	10,2	8,7	14,5	12,3	10,3	9,1	14,0	12,4	10,2	8,9

Fonte: IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

* Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá em 1993, 1997 e 2001.

** População rural apenas para o estado do Tocantins em 1993, 1997 e 2001.

Entre 1993 e 2005, houve redução da taxa de analfabetismo no país, em todas as regiões, com pequenas diferenças na distribuição por sexo. Observa-se, contudo, que uma parcela significativa da população adulta brasileira (11,1%) ainda era analfabeta em 2005. Na região Nordeste, a proporção de analfabetos correspondia a mais de um quinto da população com 15 e mais anos de idade (21,9%). As regiões Sudeste e Sul apresentam taxas bem menores (6,6 e 5,9%), porém acima de valores máximos aceitáveis internacionalmente.

Dados analisados segundo a situação do domicílio (não constantes da tabela) indicam grandes disparidades. Nas áreas urbanas, a taxa de analfabetismo para 2005 variou de 16,4%, no Nordeste, a 5,1%, no Sul, enquanto no meio rural destas mesmas regiões oscilou entre 36,4% e 9,8%, respectivamente.

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE

1. Conceituação

Distribuição percentual da população residente de 15 e mais anos de idade, por grupos de anos de estudo, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

2. Interpretação

- Expressa níveis de instrução da população de 15 e mais anos de idade.
- O nível de instrução inferior a quatro anos de estudo tem sido utilizado como *proxy* do analfabetismo funcional, embora o significado deste conceito seja mais amplo¹.

3. Usos

- Analisar variações geográficas e temporais dos níveis de escolaridade, identificando situações que podem demandar necessidade de avaliação mais profunda.
- Dimensionar a situação de desenvolvimento educacional dos diferentes grupos populacionais.
- Propiciar comparações nacionais e internacionais dos níveis de escolaridade da população.
- Contribuir para a análise dos fatores condicionantes da situação de vida e de saúde, utilizando o indicador como *proxy* da condição socioeconômica da população. O nível de escolaridade dos responsáveis pela condução da família tem influência significativa sobre as condições de atenção à saúde das crianças.
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de saúde e de educação. O grau de escolaridade é elemento essencial a ser considerado na abordagem da população quanto às práticas de promoção, proteção e recuperação da saúde.

4. Limitações

- A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), uma das fontes usualmente utilizadas para construir esse indicador, não cobre a zona rural da região Norte (exceto o estado do Tocantins) até 2003 e não permite a desagregação dos dados por município.
- Uma vez que a amostra da PNAD não foi desenhada para ser representativa para todas as cores/raças, os indicadores para índios, amarelos e pretos devem ser vistos com muita cautela, pois estes grupos são muito pequenos em alguns estados e regiões. Quanto aos brancos e pardos, suas amostras são mais robustas, oferecendo maior garantia de uso.

5. Fonte

IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{Número de pessoas residentes de 15 e mais anos de idade, por grupo de anos de estudo}}{\text{População total residente desta faixa etária}} \times 100$$

1 Analfabeto funcional é o indivíduo que não pode participar em atividades nas quais a alfabetização é requerida para atuação eficaz em seu grupo ou comunidade, nem fazer uso contínuo da leitura, da escrita e da aritmética para desenvolvimento próprio e de sua comunidade (UNESCO. Alfabetismo funcional em sete países de América Latina. Santiago, 2000).

7. Categorias sugeridas para análise

- Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal e regiões metropolitanas.
- Sexo: masculino e feminino.
- Escolaridade: menos de um, um a três, quatro a sete, oito e mais anos de estudo.
- Situação do domicílio: urbana e rural.
- Cor/raça, conforme a classificação do IBGE: branca, preta, amarela, parda e indígena.

8. Dados estatísticos e comentários

Proporção (%) da população de 15 anos e mais de idade com escolaridade inferior a quatro anos de estudo, segundo situação de domicílio Brasil e grandes regiões, 1993, 1997, 2001 e 2005

Regiões	Urbana				Rural				Total			
	1993	1997	2001	2005	1993	1997	2001	2005	1993	1997	2001	2005
Brasil *	29,2	26,0	22,8	19,3	62,4	57,8	54,1	45,8	35,8	32,0	27,5	23,5
Norte **	34,1	31,0	26,6	21,9	70,6	61,0	57,7	43,8	36,0	32,5	27,7	27,1
Nordeste	41,2	38,0	33,9	28,5	76,4	72,3	67,3	56,7	53,8	49,7	43,2	36,3
Sudeste	24,8	21,7	18,3	15,8	55,6	48,7	45,1	38,4	28,1	24,5	20,5	17,5
Sul	24,4	21,7	18,7	15,6	37,7	33,4	33,4	29,5	27,5	24,3	21,4	18,0
Centro-Oeste	29,6	25,0	23,3	19,0	50,4	48,7	44,8	36,8	33,5	29,0	26,1	21,4

Fonte: IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

* Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá em 1993, 1997 e 2001.

** População rural apenas para o estado do Tocantins em 1993, 1997 e 2001.

A tabela mostra que a proporção de analfabetos funcionais vem decrescendo ao longo da década, mas ainda mantém-se em níveis elevados, mesmo na área urbana (19,3%, em 2005). No meio rural, quase a metade dos adultos (45,8%) tinha, em 2005, escolaridade inferior a quatro anos de estudo, proporção que variou de 56,7%, no Nordeste, a 29,5%, no Sul.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) *PER CAPITA*

1. Conceituação

Valor médio agregado por indivíduo, em moeda corrente e a preços de mercado, dos bens e serviços finais produzidos em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

2. Interpretação

- Mede a produção do conjunto dos setores da economia por habitante.
- Indica o nível de produção econômica em um território, em relação ao seu contingente populacional. Valores muito baixos assinalam, em geral, a existência de segmentos sociais com precárias condições de vida.

3. Usos

- Analisar os diferenciais geográficos e temporais da produção econômica, identificando desníveis na produção média da renda nacional.
- Contribuir para a análise da situação social, identificando espaços cujo desempenho econômico pode demandar mais atenção para investimentos na área social.
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de interesse social.

4. Limitações

- A situação média representada pelo indicador pode estar condicionada por forte concentração de riqueza no estrato superior de renda, não deixando transparecer a existência de situações de pobreza extrema.
- Séries históricas defrontam-se com eventuais mudanças da moeda nacional e perdas do seu poder aquisitivo. As comparações intertemporais devem ser feitas com valores corrigidos.

5. Fonte

IBGE: Sistema de Contas Nacionais.

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{Valor do PIB em moeda corrente, a preços de mercado}}{\text{População total residente}}$$

7. Categorias sugeridas para análise

Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados e Distrito Federal.

8. Dados estatísticos e comentários

Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, variação e valor relativo Brasil e grandes regiões, 1996, 2000 e 2004

Regiões	PIB <i>per capita</i>			Percentual de crescimento no período			Valor em relação ao valor Brasil		
	1996	2000	2004	1996-2000	2000-2004	1996-2004	1996	2000	2004
Brasil	4.959	6.486	9.729	30,8	50,0	96,2	1,00	1,00	1,00
Norte	3.203	3.926	6.499	22,6	65,5	102,9	0,65	0,61	0,67
Nordeste	2.292	3.019	4.927	31,7	63,2	115,0	0,46	0,47	0,51
Sudeste	6.751	8.788	12.539	30,2	42,7	85,7	1,36	1,35	1,29
Sul	5.973	7.708	12.080	29,0	56,7	102,2	1,20	1,19	1,24
Centro-Oeste	4.513	6.578	10.393	45,8	58,0	130,3	0,91	1,01	1,07

Fonte: IBGE: Sistema de Contas Nacionais.

Os valores do PIB *per capita* apresentados não estão corrigidos para eliminar o efeito da inflação, dificultando a observação do crescimento do seu valor efetivo ao longo do período.

Analisando o crescimento dos valores nominais (colunas de percentual de crescimento), pode-se observar o maior crescimento ocorrido na região Centro-Oeste, principalmente no período 1996 a 2000. Já no período entre 2000 a 2004, o maior crescimento ocorreu nas regiões Norte e Nordeste.

As últimas colunas (valor da região em relação ao valor Brasil) permitem observar um decréscimo muito pequeno na desigualdade entre as regiões. O valor do PIB *per capita* na região Nordeste aumenta de 47% do valor do PIB *per capita* nacional em 1996 para 51% do mesmo em 2004; o da região Sudeste diminui de 136% em 1996 para 129% em 2005.

RAZÃO DE RENDA

1. Conceituação

Número de vezes que a renda do quinto superior da distribuição da renda (20% mais ricos) é maior do que a renda do quinto inferior (20% mais pobres) na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

2. Interpretação

- Expressa a concentração da renda pessoal, ao comparar os estratos extremos de renda.
- Quanto mais elevados os valores, maior o desnível de renda entre grupos populacionais dos estratos considerados.

3. Usos

- Analisar diferenciais na concentração da renda pessoal entre os estratos superior e inferior da população, identificando tendências e situações de desigualdade que podem demandar estudos especiais.
- Contribuir para a análise da situação socioeconômica da população, identificando segmentos que requerem maior atenção de políticas públicas de saúde, educação e proteção social, entre outras.
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas de distribuição de renda.

4. Limitações

- A informação está baseada na "semana anual de referência" em que foi realizada a pesquisa, refletindo apenas a renda informada naquele período.
- Os dados são fornecidos espontaneamente pelo informante, que pode ser seletivo nas suas declarações.
- A fonte usualmente utilizada para construir o indicador (PNAD) não cobre a zona rural da região Norte (exceto em Tocantins) até 2003 e não permite a desagregação dos dados por município.
- Uma vez que a amostra da PNAD não foi desenhada para ser representativa para todas as raças, os indicadores para índios, amarelos e pretos devem ser vistos com muita cautela, pois estes grupos são muito pequenos em alguns estados e regiões. Quanto aos brancos e pardos, suas amostras são mais robustas, oferecendo maior garantia de uso.

5. Fonte

IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{Valor agregado do quinto superior de renda domiciliar per capita}}{\text{Valor agregado do quinto inferior de renda domiciliar per capita}}$$

7. Categorias sugeridas para análise

- Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal e regiões metropolitanas.
- Cor/raça, conforme a classificação do IBGE: branca, preta, amarela, parda e indígena.

8. Dados estatísticos e comentários

Razão de renda
Brasil e grandes regiões, 1993, 1997, 2001 e 2005

Regiões	1993	1997	2001	2005
Brasil *	28,7	29,3	27,6	21,8
Norte **	20,4	23,0	20,1	15,7
Nordeste	31,0	27,3	25,0	20,4
Sudeste	21,1	21,5	22,0	17,4
Sul	18,6	20,2	19,3	15,6
Centro-Oeste	23,3	23,6	23,6	20,0

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

* Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá em 1993, 1997 e 2001.

** População rural apenas para o estado do Tocantins em 1993, 1997 e 2001.

A tabela mostra a extensão da disparidade de renda existente no Brasil. Em 2005, as pessoas situadas nos 20% superiores da distribuição da renda (os mais ricos) apresentavam, em média, rendimentos 22 vezes mais elevados do que aqueles situados nos 20% inferiores (os mais pobres)¹. Em termos regionais, as disparidades de renda são mais acentuadas nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. Observa-se, no entanto, uma diminuição do valor deste indicador ao longo do período, em todas as regiões, mais acentuadamente na região Nordeste.

1 Essa situação pode ser exemplificada pela comparação de duas famílias hipotéticas, que representam a condição média dos dois extremos de renda (20% inferior e 20% superior). Na primeira, constituída de um casal e três filhos, só um adulto trabalha, recebendo salário mínimo (R\$ 350,00), que corresponde à renda *per capita* de R\$ 70,00. Na segunda família, com a mesma estrutura, a pessoa que trabalha tem uma renda de R\$ 7.630,00, que corresponde à renda *per capita* de R\$ 1.526,00. A razão de renda dessas duas famílias é o quociente de R\$ 1.526,00 por R\$ 70,00, ou seja, 21,8.

PROPORÇÃO DE POBRES

1. Conceituação

Percentual da população residente com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário mínimo, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

2. Interpretação

Expressa a proporção da população geral considerada em estado de pobreza, de acordo com a renda familiar mensal *per capita*.

3. Usos

- Dimensionar o contingente de pessoas em condições precárias de sobrevivência.
- Analisar variações geográficas e temporais da proporção de pobres, identificando situações que podem demandar avaliação mais aprofundada.
- Contribuir para a análise da situação socioeconômica da população, identificando estratos que requerem maior atenção de políticas públicas de saúde, educação e proteção social, entre outras.
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas de distribuição de renda.

4. Limitações

- A informação está baseada na "semana anual de referência" em que foi realizada a pesquisa, refletindo apenas a renda informada naquele período.
- A fonte usualmente utilizada para construir o indicador (PNAD) não cobre a zona rural da região Norte (exceto em Tocantins) até 2003 e não permite a desagregação dos dados por município.
- Uma vez que a amostra da PNAD não foi desenhada para ser representativa para todas as raças, os indicadores para índios, amarelos e pretos devem ser vistos com muita cautela, pois estes grupos são muito pequenos em alguns estados e regiões. Quanto aos brancos e pardos, suas amostras são mais robustas, oferecendo maior garantia de uso.
- Séries históricas defrontam-se com eventuais mudanças do poder aquisitivo do salário mínimo. As comparações intertemporais devem ser feitas com valores corrigidos, com relação a um salário mínimo específico.

5. Fonte

IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{População residente com renda familiar mensal } \textit{per capita} \text{ de até meio salário mínimo}}{\text{População total residente}} \times 100$$

7. Categorias sugeridas para análise

- Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal e regiões metropolitanas.
- Cor/raça, conforme a classificação do IBGE: branca, preta, amarela, parda e indígena.

8. Dados estatísticos e comentários

**Percentual da população pobre
Brasil e grandes regiões, 1995, 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005**

Regiões	1995	1997	1999	2001	2003	2005
Brasil *	41,5	40,8	41,9	40,4	41,8	37,2
Norte *	49,4	51,4	53,1	50,4	54,0	50,8
Nordeste	67,3	67,2	66,7	64,9	66,3	61,1
Sudeste	27,2	26,2	28,1	27,7	29,8	24,7
Sul	31,2	31,3	32,0	28,0	27,0	23,2
Centro-Oeste	39,7	36,3	38,5	36,8	37,6	31,6

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

* Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá entre 1995 a 2003.

Entre 1995 e 2005, observa-se redução da proporção de pessoas que vivem com rendimento familiar de até meio salário mínimo *per capita*, em todas as regiões brasileiras, embora a pobreza ainda se mantenha em patamares expressivos.

A maior proporção de pobres ocorre nas regiões Norte e Nordeste e a menor proporção nas regiões Sul e Sudeste. As maiores quedas na proporção ocorreram nas regiões Sul e Nordeste. Pode ser observado que esta queda não foi constante, tendo havido, em alguns períodos, aumento na proporção de pobres em algumas regiões.

TAXA DE DESEMPREGO

1. Conceituação

- Percentual da população residente economicamente ativa que se encontra sem trabalho na semana de referência, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
- Define-se como População Economicamente Ativa (PEA) o contingente de pessoas de 10 e mais anos de idade que está trabalhando ou procurando trabalho.

2. Interpretação

- Mede o grau de insucesso das pessoas que desejam trabalhar e não conseguem encontrar uma ocupação no mercado de trabalho (desemprego aberto).
- Taxas elevadas de desemprego resultam na perda do poder aquisitivo e na possível desvinculação do sistema de seguro social e de algum plano de saúde de empresa, o que pressupõe aumento da demanda ao Sistema Único de Saúde.

3. Usos

- Analisar variações geográficas e temporais na distribuição do desemprego, identificando tendências e situações de desigualdade que podem demandar a realização de estudos especiais.
- Subsidiar a análise da condição social, identificando oscilações do mercado de trabalho.
- Contribuir para a análise da situação socioeconômica da população, identificando estratos que requerem maior atenção de políticas públicas de emprego, saúde, educação e proteção social, entre outras.

4. Limitações

- A informação está baseada na "semana anual de referência" em que foi realizada a pesquisa, refletindo apenas a desocupação informada para aquele período.
- Não mede aspectos qualitativos do desemprego.
- A fonte usualmente utilizada para construir o indicador (PNAD) não cobre a zona rural da região Norte (exceto em Tocantins) até 2003 e não permite a desagregação dos dados por município.
- Uma vez que a amostra da PNAD não foi desenhada para ser representativa para todas as raças, os indicadores para índios e amarelos não devem ser utilizados e os dos pretos devem ser vistos com muita cautela, pois este grupo é muito pequeno em alguns estados. Quanto aos brancos e pardos, suas amostras são mais robustas, oferecendo maior garantia de uso.

5. Fonte

IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{Número de residentes de 10 e mais anos de idade que se encontram desocupados e procurando trabalho, na semana de referência}}{\text{Número de residentes economicamente ativos (PEA) desta faixa etária}} \times 100$$

7. Categorias sugeridas para análise

- Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal e regiões metropolitanas.
- Cor/raça, conforme a classificação do IBGE: branca, preta, amarela, parda e indígena.

8. Dados estatísticos e comentários

Taxa de desemprego
Brasil e grandes regiões, 1993, 1995, 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005

Regiões	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005
Brasil *	6,2	6,1	7,8	9,6	9,4	9,7	9,3
Norte **	8,7	8,6	9,8	11,1	9,6	10,5	7,9
Nordeste	6,2	5,3	6,7	8,0	8,7	8,7	9,0
Sudeste	6,9	6,8	9,0	11,2	10,9	11,5	10,9
Sul	4,1	4,9	6,5	8,0	6,5	6,8	6,1
Centro-Oeste	5,7	6,5	7,3	9,6	8,9	9,0	9,6

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.
 * Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá em 1993, 1997 e 2001.
 ** População rural apenas para o estado do Tocantins em 1993, 1997 e 2001.

A tabela mostra o aumento do desemprego em todas as regiões brasileiras no período de 1993 a 2003. Entre 2003 e 2005, houve uma pequena queda nas regiões Sudeste e Sul e pequeno aumento nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. A maior queda, ocorrida na região Norte, pode ser devido ao fato de que, a partir de 2004, a população rural dessa região (normalmente com menor desemprego) passa a ser também pesquisada.

TAXA DE TRABALHO INFANTIL (Taxa de atividade infantil)

1. Conceituação

Percentual da população residente de 10 a 15 anos de idade que se encontra trabalhando ou procurando trabalho na semana de referência, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

2. Interpretação

Expressa a magnitude da ocupação laboral de crianças de 10 a 15 anos de idade.

3. Usos

- Analisar variações geográficas e temporais na distribuição do trabalho infantil, identificando situações que podem demandar a realização de estudos especiais.
- Subsidiar a análise da condição social desse grupo populacional específico e a identificação de fatores contribuintes que requerem maior atenção de políticas públicas de saúde, educação, trabalho e proteção social, entre outras.

4. Limitações

- A informação está baseada na "semana anual de referência" em que foi realizada a pesquisa, refletindo apenas a situação informada para aquele período.
- A fonte usualmente utilizada para construir o indicador (PNAD) não cobre a zona rural da região Norte (exceto em Tocantins) até 2003 e não permite a desagregação dos dados por município.
- Uma vez que a amostra da PNAD não foi desenhada para ser representativa para todas as raças, os indicadores para índios, amarelos e pretos devem ser vistos com muita cautela, pois estes grupos são muito pequenos em alguns estados e regiões. Quanto aos brancos e pardos, suas amostras são mais robustas, oferecendo maior garantia de uso.

5. Fonte

IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{Número de crianças residentes de 10 a 15 anos de idade que se encontram trabalhando ou procurando emprego na semana de referência}}{\text{População total residente desta mesma faixa etária}} \times 100$$

7. Categorias sugeridas para análise

- Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal e regiões metropolitanas.
- Cor/raça, conforme a classificação do IBGE: branca, preta, amarela, parda e indígena.

8. Dados estatísticos e comentários

Taxa de trabalho infantil
Brasil e grandes regiões – 1993, 1995, 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005

Brasil e Regiões	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005
Brasil *	22,7	21,9	17,8	17,0	13,9	12,6	12,8
Norte **	18,9	17,7	15,1	16,7	11,0	10,8	15,7
Nordeste	29,3	29,3	24,7	25,1	20,4	18,7	19,0
Sudeste	16,0	14,7	11,6	10,0	8,4	7,5	7,4
Sul	27,4	27,6	20,7	18,5	16,1	15,4	13,6
Centro-Oeste	23,8	20,8	16,6	15,9	12,3	9,3	9,4

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

* Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá em 1993, 1997 e 2001.

** População rural apenas para o estado do Tocantins em 1993, 1997 e 2001.

As taxas decresceram continuamente em todas as regiões do país no período de 1993 a 2003, com pequenas flutuações em 1999 para algumas regiões.

As taxas mais elevadas sempre corresponderam à região Nordeste, onde, ainda em 1999, de cada quatro crianças de 10 a 15 anos, uma fazia parte da população economicamente ativa. Em 2005, este número cai para menos de 1 em cada cinco.

A redução da participação de crianças no mercado de trabalho pode estar associada às dificuldades de absorção pelo mercado, à maior permanência na escola ou aos efeitos de políticas públicas específicas, relativas à erradicação do trabalho infantil.

O crescimento ocorrido na região Norte entre 2003 e 2005 pode ser devido ao fato de que, a partir de 2004, a população rural (normalmente com maior participação do trabalho infantil) dessa região passa a ser também pesquisada.

